



Congresso dá início à era da igualdade para as domésticas

Moreira Mariz/Agência Senado



Representantes de entidades sindicais das domésticas, como Creuza Oliveira (2ª à dir.), congratulam-se com Renan (2º à esq.), Lidice (3ª à esq.) e Paim (D)

Universalização de direitos promulgada ontem foi definida como fim de um preconceito. Parte dos itens ainda precisa de regulamentação

Será publicada hoje no *Diário Oficial da União* a Emenda Constitucional 72/2013, promulgada ontem pelo Congresso. Dos 16 novos direitos das domésticas, 9 entram em vigor hoje e 7 serão regulamentados pela Comissão Mista de Consolidação das Leis. O presidente do Senado, Renan Calheiros, que dirigiu a sessão, se disse convencido de que a regulamentação se dará de maneira rápida. **6 e 7**

Universidades públicas poderão ter eleição direta para dirigentes 8

Em discurso, senadores lembram Dia do Autismo 9

Parlamentares apoiam incentivo a quem preserva biodiversidade 12

Comissão acata nova regra para dívida de estados e municípios 4

Prevenção de incêndios será debatida em audiência 10

Genildo Magela/Agência Senado



Marco Antonio Raupp diz que governo fará esforço para eliminar burocracia

Projetos de inovação terão respostas mais rápidas, anuncia ministro 5

Renan participa de reunião da Sudene em Fortaleza 2

Embaixadores para Hungria e Armênia são aprovados 11



O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala no Senado

Banco Central cogita tomar outras medidas contra inflação persistente 3

Senado: transparência, economia e mais eficiência

Unificação dos contratos de manutenção de jardinagem

25% de redução nos custos

em 2013-2014



Renan Calheiros (5º à esq.) participa da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, em Fortaleza

Governo anuncia mais verbas para combater seca

Renan participou de evento em que Dilma prometeu liberação de R\$ 9 bilhões para enfrentar uma das piores estiagens do Nordeste nos últimos 50 anos

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou ontem, ao lado da presidente Dilma Rousseff, da 17ª reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em Fortaleza.

Na presença dos nove governadores da região e do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, foram anunciadas medidas contra os efeitos da seca no Nordeste, uma das piores em 50 anos.

Os investimentos anunciados totalizam R\$ 9 bilhões. O compromisso é entregar 130 mil cisternas até julho, construir o restante das 240 mil ainda neste ano, fazer 20 poços profundos de grande vazão e recuperar mais 1.400 poços.

A ordem também foi acelerar uma série de obras estruturantes no Nordeste, como a transposição das águas do Rio São Francisco. Barragens, adutoras e estações elevatórias fazem parte do plano para garantir maior oferta de água na região.

Somados aos R\$ 7,6 bilhões já aplicados em ações estruturantes e emergenciais de enfrentamento à seca, o governo está investindo R\$ 16,6 bilhões em medidas que vão da

prorrogação das operações de crédito rural à criação de uma Força Nacional de Emergência para as questões da estiagem.

Garantia-Safra

Tranca a pauta a Medida Provisória 587/2012, que prorroga o Garantia-Safra excepcionalmente para a safra 2011-2012, no valor de R\$ 560 por família, aos agricultores familiares que aderiram ao Garantia-Safra e tiveram perdas pela estiagem.

O Bolsa Estiagem será prorrogado. A MP prevê 340 mil toneladas de milho subsidiadas em abril e maio, o aumento de 30% no número de carros-pipa, a ampliação de linhas de crédito e a renegociação das dívidas dos agricultores.

Medida provisória impediu votações ontem

Com a pauta trancada pela Medida Provisória (MP) 587/2012, que libera recursos para agricultores atingidos pela seca, o Plenário do Senado não teve votações ontem. Segundo Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão, a votação foi adiada após entendimento entre líderes partidários.

A MP, que tramita no Senado como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2013, dá pagamento adicional a

beneficiários do Garantia-Safra e do Auxílio Emergencial Financeiro pela quebra da safra 2011-2012. O benefício vale para agricultores familiares de municípios atingidos pela seca na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Entre os temas na pauta do Plenário, estão as novas regras para distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a criação de tribunais

federais regionais (TRFs) em Curitiba, Manaus, Belém e Fortaleza e a conclusão das sessões de discussão e depois votação da PEC 89/2011, de Walter Pinheiro (PT-BA), que obriga ocupantes de cargos públicos aprovados pelo Senado a prestar contas à Casa anualmente. As exceções são os ministros de tribunais superiores, pelo princípio constitucional da independência entre os Poderes.

Jarbas: rejeição automática dos vetos não analisados

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) anunciou a apresentação de proposta para alterar a forma de apreciação dos vetos presidenciais no Congresso.

— Com a polêmica sobre o veto à Lei dos Royalties, que foi parar no Supremo Tribunal Federal, os brasileiros descobriram, embora não fosse desconhecido dos integrantes do Legislativo, que estamos assentados sobre um calhamaço de 3.059 vetos presidenciais nunca submetidos à apreciação do Congresso — criticou.

Pela PEC 16/2013, o prazo para a apreciação dos vetos

passa a ser de 90 dias, em vez dos 30 atuais. No entanto, esse prazo será contado a partir do recebimento do veto pelo Congresso. Hoje, só é contado a partir da leitura do veto no Plenário, o que pode demorar anos para acontecer.

O veto não analisado no prazo de 90 dias será considerado automaticamente rejeitado por decurso de prazo.

— Por ser o Legislativo incumbido de fazer as leis, a preferência, na hipótese de decurso de prazo, é pela matéria que sai do Congresso e não pela modificada pelo



Jarbas propõe mudanças no prazo e na forma de apreciação de vetos

Executivo, cuja atribuição é administrar — explicou.

A PEC também prevê que, em caso de rejeição, serão mantidos os direitos decorrentes dos atos jurídicos que ocorrerem durante o período de vigência do veto. Outra mudança proposta é a votação por meio de painel eletrônico.

Comissão de Orçamento escolhe presidente hoje

Por falta de quórum ontem, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para hoje a escolha do presidente do colegiado e do relator-geral do Orçamento. Os novos nomes vão substituir, respectivamente, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) e o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Até a semana passada, entre os nomes cogitados para a presidência da CMO, estavam os dos senadores Lobão Filho (PMDB-MA) e Acir Gurgacz (PDT-RO). Para o cargo de relator-geral, chegou a ser anunciado o nome do deputado Weliton Prado (PT-MG), mas agora o partido informa que a vaga deve ficar

com o deputado Miguel Corrêa, também do PT mineiro. Os novos presidente e relator-geral da CMO vão conduzir o processo legislativo para a definição do Orçamento de 2014.

Na terça-feira da semana passada, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, informou que a presidente Dilma Rousseff deve sancionar nesta semana o Orçamento de 2013, aprovado pelo Congresso Nacional em 12 de março, depois de quase três meses de espera. O atraso na votação do projeto foi provocado pela polêmica sobre a análise de vetos presidenciais à Lei dos Royalties do petróleo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Recursos para agricultores

14h O Projeto de Lei de Conversão 3/2013, que libera recursos para agricultores atingidos pela seca, continua trancando a pauta da sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Posse de ministro

9h30 Renan Calheiros vai à posse de César Borges no cargo de ministro dos Transportes; às 10h, participa da instalação da comissão de juristas que elabora o anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação; às 11h, recebe o presidente nacional da Juventude do PMDB, Marco Antônio Cabral; às 11h30, comitiva do Parlamento Europeu; às 12h, o presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, José Tadeu da Silva; às 12h30, a ministra do TST Maria Cristina Peduzzi. Às 13h30, tem reunião com a bancada do PMDB; às 15h, com presidentes das comissões; às 16h, preside a ordem do dia e, às 18h, recebe o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

CI Indicação para ANP

7h30 Análise da indicação de José Gutman para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo. Ainda na pauta, projeto determinando que as empresas de táxis com 20 ou mais veículos tenham ao menos 5% da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.

CAS Estatuto da Juventude

9h Votação do Estatuto da Juventude e de projeto sobre contrato de trabalho por prazo determinado para admissão de jovens entre 16 e 24 anos que não tenham tido vínculo empregatício anterior.

CDR Desabastecimento de milho

9h Audiência pública debate o desabastecimento de milho no mercado. Entre os participantes, o secretário de Agricultura da Bahia, Eduardo Salles.

CE Psicopedagogia

10h Em debate, a regulamentação do exercício da atividade de psicopedagogia.

LEI DE ARBITRAGEM Instalação

10h Solenidade de instalação da comissão de juristas que atuará na elaboração de anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação. Em seguida, os juristas reúnem-se para divisão dos trabalhos.

CCJ Reintegração de posse

10h Entre os itens da pauta, projeto de lei que torna crime de responsabilidade o não cumprimento, no prazo de 15 dias, por governadores, de decisão judicial de reintegração de posse de áreas invadidas em propriedades rurais ou urbanas.

CDH Acompanhante em parto

11h Na pauta, votação de projeto de lei que obriga hospitais a manter, em local visível nas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.

ICMS Nelson Barbosa

14h30 Para debater a MP do ICMS, a comissão mista ouve em audiência pública o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

CONSELHO DE ÉTICA Eleição

14h30 Instalação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e eleição do presidente e do vice-presidente.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidente do Banco Central diz que instituição passou a acompanhar a evolução do cenário econômico e avalia a necessidade de adotar novas medidas de combate à inflação

Tombini: inflação tem se mostrado resistente

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Alexandre Tombini, disse na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que a inflação “tem se mostrado mais resistente nos últimos meses” e que a instituição avalia a necessidade de adotar “outras medidas”, que não especificou. Ele participou de audiência pública sobre diretrizes e perspectivas da política monetária, como previsto no Regimento Interno.

De acordo com Tombini, a inflação de 2012 desviou-se da meta em função do choque de preços de alimentos (commodities e in natura) e do repasse da desvalorização cambial. Além disso, conforme o presidente do BC, a inflação de serviços voltou a subir e hoje há maior difusão do aumento de preços na economia.

Somente os preços de alimentos — que têm peso de quase um quarto do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — subiram 13,9% nos últimos 12 meses. Excluindo os alimentos, o IPCA seria de 5% no período — o índice ficou em 5,84% em 2012. A meta para 2012 era de um índice de 4,5%, com possibilidade de variação de dois pontos percentuais para mais ou para menos.



Tombini (2º à dir.) apresenta números ao lado do presidente da CAE, Lindbergh Farias (D), e dos diretores do Banco Central Altamir Lopes (E) e Carlos Hamilton

Quanto à atividade econômica, Tombini disse que a recuperação tem se “materializado” de forma gradual e a perspectiva é de um ritmo mais intenso daqui para a frente. A indústria, segundo o presidente do Banco Central, mostra sinais de retomada, “inclusive com maior nível de disseminação”.

Sustentação

O setor de serviços, na expectativa de Tombini, manterá crescimento moderado. A safra de grãos, acrescentou, deve bater novo recorde em 2013, com a previsão de 183 milhões de toneladas, uma alta de 13% em relação a 2012.

Para o presidente do Banco

Central, continuam presentes importantes fatores de sustentação da demanda, como emprego, renda e crédito. Outro indicador de boas perspectivas, disse, é o crescimento do investimento no quarto trimestre de 2012, “tendência que se manterá no primeiro trimestre de 2013”.

O cenário externo, avaliou Tombini, continua complexo, com nível de incerteza acima do usual e com perspectiva de baixo crescimento por um período prolongado. Na zona do euro, acrescentou, episódios recentes, como o confisco de dinheiro depositado nos bancos do Chipre, reforçam a avaliação de que vulnerabilidades “remanescem”.

Banco Central muda estratégia e avalia possibilidade de ajustes

As projeções de alta da inflação de 12 meses — de 5,84%, no fim de 2012, para 6,7% no primeiro trimestre de 2013 — levaram o Banco Central (BC) a uma mudança de estratégia.

Desde janeiro, quando a tendência tomou forma, o BC abandonou o guia de sua política — que era manter as condições monetárias e financeiras da economia por um tempo suficientemente prolongado, com o objetivo de fazer a inflação convergir para

o centro da meta de 4,5% — e passou a acompanhar a evolução do cenário para avaliar a necessidade de ajustes e agir no momento oportuno.

Para Tombini, a mudança provocou alterações nas expectativas dos agentes econômicos e influenciou a captação de recursos no mercado. Ele fez as considerações em resposta a perguntas de Armando Monteiro (PTB-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Kátia Abreu (PSD-TO).

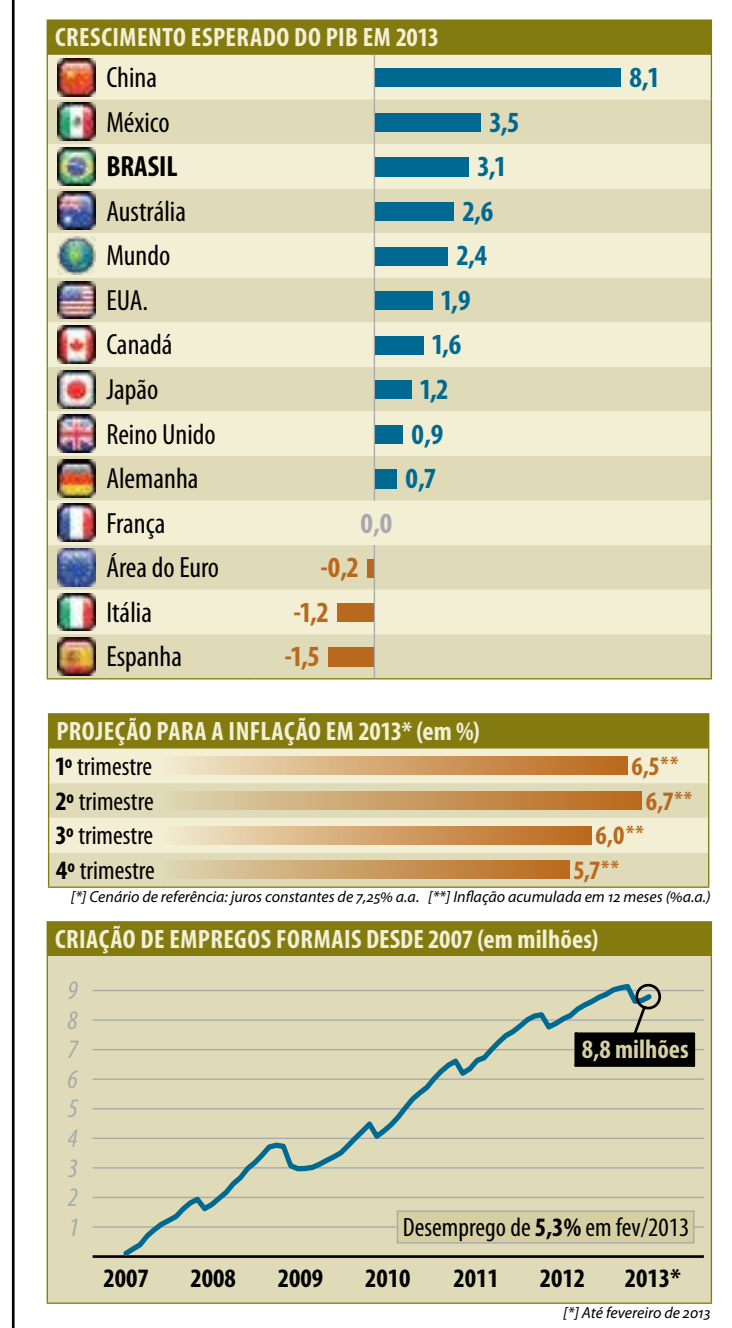
Expectativa é de crescimento moderado

Apesar da contração de 2,5% da produção industrial brasileira em fevereiro em relação ao mês anterior, como divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Alexandre Tombini disse que a expectativa para o primeiro trimestre deste ano é de expansão moderada do setor.

Segundo o IBGE, o recuo praticamente elimina a expansão de 2,6% registrada em janeiro, mas, mesmo assim, o setor registra crescimento de 1,1% nos dois primeiros meses deste ano.

Tombini afirmou que a indústria mostra sinais de retomada em vários setores. Ele disse que tem sido observado aumento da capacidade instalada e da criação de vagas na indústria manufatureira e também melhoria das condições de competitividade em razão de redução de custos como o de energia.

Números do BC



Investimento poderá cobrir rombo nas contas externas

O Brasil foi o terceiro país que mais recebeu investimentos estrangeiros diretos (IED) em 2012, disse o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, na CAE. Ingressaram no país, nessa modalidade, US\$ 65,3 bilhões, contra US\$ 192,2 bilhões de China e Hong Kong (considerados conjuntamente) e US\$ 146,7 bilhões dos Estados Unidos.

Pelas previsões de Tombini, o superávit comercial de 2013 deverá ser de US\$ 15 bilhões, mas os resultados em outras rubricas deverão produzir um déficit total de US\$ 67 bilhões, que poderá ser coberto, em grande parte, pelos US\$ 65 bilhões de IED, caso se mantenha a tendência do ano passado. O que faltar, disse, constitui uma necessidade modesta de financiamento.

Francisco Dornelles (PP-RJ) questionou sobre eventuais dificuldades de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cumprir as normas de prevenção de risco bancário Basileia III (BIII), diante da decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de o banco não computar perdas em ações que tinha em carteira

no fim do ano passado. José Agripino (DEM-RN) e Alvaro Dias (PSDB-PR) levantaram dúvidas sobre a autonomia do BC para fiscalizar o BNDES, já que o artifício contábil gerou recursos para o governo cumprir as metas de superávit primário. Tombini respondeu que o índice do BNDES de conformidade às normas de Basileia “é razoável” e disse não ver dificuldade de ajuste, até porque a implantação das normas BIII, no Brasil, começou em março e a exigência delas será gradual, até 2022. Quanto à autorização do CMN, Tombini disse que é um caso específico para o BNDES, que não abre precedente em benefício de outras instituições bancárias.

Dornelles anunciou para breve a apresentação de um substitutivo a vários projetos sobre a autonomia do BC. O senador disse que caberá ao CMN estabelecer as metas de política monetária e cambial, com execução a cargo do BC. Os diretores da instituição teriam mandatos fixos de seis anos, a partir de 2015. O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), informou que convocará audiências sobre o tema.

Medida provisória que facilita parcelamento para estados e municípios foi aprovada ontem, com modificações, pela comissão mista do Congresso criada para analisá-la

Comissão aprova uso de fundo para pagamento de contribuições sociais

ESTADOS, MUNICÍPIOS E Distrito Federal poderão usar parcelas que receberiam do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para reparcelar débitos de contribuições sociais. A possibilidade está prevista na Medida Provisória (MP) 589/2012, que ontem foi aprovada em comissão mista com modificações no relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) e que agora passa a tramitar como projeto de lei de conversão (PLV).

A principal modificação apresentada por Jucá foi a redução do valor a ser retido no FPM ou no FPE — de 2% para 1% da média mensal da receita corrente líquida do estado, do município ou do Distrito Federal. O percentual poderá ser ainda menor se a dívida puder ser quitada integralmente em até 240 meses.

O relator também excluiu o pagamento de multas de mora — a MP previa o abatimento de 60% delas — e ampliou para 50% a redução dos juros de mora, prevista em 25% na MP. Ele manteve a isenção dos encargos legais, mas



Jucá (E) debate com o deputado Márcio Macêdo e o senador Eduardo Amorim (D) as modificações que apresentou ao projeto

deixou claro que honorários advocatícios estão inseridos nesses encargos.

A MP previa repactuação para dívidas vencidas até 31 de outubro de 2012, mas o relator estendeu o prazo para 28 de fevereiro deste ano. O novo texto permite que prefeituras ou estados que já haviam aceitado as condições previstas no texto original da MP optem pelas novas condições, beneficiando-se da redução para 1% no comprometimento da renda média líquida ou pela quitação com

um percentual ainda menor em até 240 meses.

Jucá disse ser autor de projeto idêntico à MP. De acordo com ele, a presidente Dilma Rousseff editou a MP ao ver a importância do projeto e por estar atenta à necessidade de uma pronta solução para os problemas dos estados e municípios.

A exposição de motivos que acompanha a MP assinala um aumento expressivo das dívidas previdenciárias de estados, Distrito Federal e municípios nos últimos anos. De acordo

com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, somente 682 municípios não apresentam dívidas relativas à contribuição previdenciária. O ministério informou ainda que as dívidas dos municípios alcançaram R\$ 11,3 bilhões de débitos não parcelados e R\$ 22,3 bilhões de débitos parcelados. A exposição de motivos acrescenta que a situação poderá se agravar com o potencial lançamento de créditos tributários no valor de R\$ 13,6 bilhões, relativos aos fatos geradores do ano de 2010.

Certidão negativa deve ser emitida em 48 horas pela Receita Federal

O PLV estabelece que, quando o ente federativo pedir reparcelamento na Receita Federal, em 48 horas receberá certidão negativa para que possa sair da situação de inadimplência. Jucá argumenta que, em muitos casos, a Receita demora a calcular a dívida, o que prejudica municípios.

Para que a arrecadação previdenciária não seja prejudicada enquanto a Receita faz a consolidação da dívida, o ente federativo que pede repactuação terá retido, da parcela do FPM ou FPE, o equivalente a 0,5% sobre a receita líquida.

Abatimentos e descontos em parcelamentos anteriores serão mantidos e novas dívidas serão incorporadas ao final do parcelamento, sem aumentar as parcelas.

Para facilitar o acesso aos dados por estados e municípios, o PLV determina que a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional terão de disponibilizar permanentemente informações sobre as dívidas de cada ente federado.

Dinheiro para o Pasep poderá ser incluído no parcelamento

Outra modificação permite que as contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) possam ser inseridas no novo parcelamento. O PLV também acaba com o pagamento de contribuição para o Pasep de recursos para

convênios sem objetivo definido. Jucá explicou que uma prefeitura, ao receber recursos federais para construção de um posto de saúde, tinha de pagar 1% sobre o valor desses recursos para o Pasep.

Foram acrescentados ainda artigo que acaba com o limite

de R\$ 10 mil que as agências de turismo tinham para pagar serviços no exterior sem pagar Imposto de Renda e artigo que cria, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), uma central para o registro de títulos de ativos financeiros. De acordo com o relator, isso vai evitar

que um mesmo título esteja sendo utilizado para garantir várias operações diferentes, numa superposição que eliminaria os efeitos garantidores.

O senador salientou que todos os pontos modificados por ele no texto da MP tiveram a concordância do governo

federal. Jucá aceitou todas as sugestões feitas pelos deputados presentes. O presidente da comissão mista, deputado Márcio Macêdo (PT-SE), agradeceu mais de uma vez ao relator por ter permitido a ele participar das negociações com o governo.

Secretário do Ceará critica compensação ao ICMS único

A Medida Provisória (MP) 599/2012 acaba com a capacidade das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de serem competitivas na atração de investimentos, na opinião do secretário da Fazenda do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho. Ele e o secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Odir Tonollier, participaram ontem de audiência pública na comissão mista que analisa o assunto.

A MP trata da ajuda financeira da União aos estados, Distrito Federal e municípios para compensar perdas na arrecadação decorrentes da unificação das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Também cria o Fundo de Desenvolvimento Regional para financiar

projetos de investimento para dinamizar a economia local.

Sul e Sudeste detêm 71% do produto interno bruto (PIB) e os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste precisam ter tratamento diferenciado, defendeu Benevides. Ele disse que nada garante a continuidade



Benevides quer tratamento diferente para Norte, Nordeste e Centro-Oeste

dos repasses da MP, observando que ela não permite a concessão de incentivos tributários por unanimidade no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Tonollier defendeu uma redução de oito anos no prazo para unificação das alíquotas, prevista para 2025. Ele disse que a guerra fiscal interfere na economia e compromete o crescimento dos estados. Para Tonollier, as perdas na arrecadação devem ser ressarcidas.

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que São Paulo sempre foi o maior beneficiário dos incentivos fiscais dados pelo governo. Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que é preciso ratificar os benefícios já concedidos.

Hoje, a comissão deve ouvir o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

FPE não reduz desigualdades regionais, afirma Gurgacz

Segundo Acir Gurgacz (PDT-RO), o FPE nunca conseguiu cumprir o preceito constitucional de reduzir as desigualdades entre as regiões e estados.

Os estados que mais receberam recursos em 2012 foram Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Pará. Os estados que mais dependem do FPE são Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, cujos recursos do fundo representam de 60% a 70% dos orçamentos anuais.

Nos próximos dias, o Senado vai analisar o substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos de lei sobre as novas regras de repartição do FPE. Com validade até 2017, os novos critérios de repartição

devem assegurar a cada unidade federativa um piso igual aos valores hoje distribuídos. Se houver sobra, depois de feita a distribuição com base no piso, os recursos poderão ser repartidos de acordo com população e renda per capita.

Para Gurgacz, a proposta “provocará uma redução significativa na participação do Norte” nos repasses:

— As desigualdades serão mantidas e até aprofundadas.

Ainda assim, o parlamentar crê que o melhor caminho é aprovar a proposta e aproveitar os cinco anos de validade para discutir normas definitivas que levem em conta as realidades de cada ente federado.

Ministro quer agilizar respostas sobre financiamento para inovação

Plano Inova Empresa vai aumentar a produtividade e a competitividade, afirmou Marco Antonio Raupp em audiência pública no Senado

O MINISTRO DA Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, disse que fará um esforço para eliminar a burocracia e dar respostas, em no máximo um mês, a pedidos das empresas para financiamento de ações de inovação. O Plano Inova Empresa foi um dos assuntos destacados por ele ontem, em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Lançado em março, o plano visa aumentar a produtividade e a competitividade das empresas. Segundo o ministro, o investimento total em 2013 e 2014 é de R\$ 32,9 bilhões.

— A porta vai ser única. Lá estarão presentes representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES], do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, dos vários ministérios e das várias agências que participam como financiadoras. A empresa vai apresentar o plano de inovação empresarial e vai ser aconselhada a qual tipo de financiamento melhor se encaixa — disse Raupp.

O ministro explicou que será



Marco Antonio Raupp fala aos senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, presidida por Zeze Perrella

criada a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) para fazer a gestão do relacionamento entre empresas e governo. A organização vai operar unidades e laboratórios credenciados e polos de inovação para desenvolver projetos.

Após ter incorporado o “I” de “Inovação”, o ministério, explicou Raupp, passou a atuar em parceria com 20 ministérios. Ele citou o projeto com a Secretaria de Direitos Humanos no Plano Viver sem Limite, em que são

desenvolvidos produtos para inclusão de pessoas com deficiência, e o trabalho com o Ministério das Comunicações para desenvolver satélites geoestacionários, fundamentais para a Amazônia.

— O satélite vai atender a quase 2 mil municípios da região. E vai atender um programa de banda larga, que é do Ministério das Comunicações, além de um programa de comunicações das Forças Armadas — informou.

Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou não ter nada a

acrescentar aos planos do ministério, mas observou que não acredita na concretização dos projetos. Em resposta, o ministro se disse otimista, apesar de ter consciência do desafio. Ele ressaltou o apoio do BNDES e o reconhecimento do papel da ciência e tecnologia pela presidente Dilma Rousseff.

— Pela primeira vez, foi formalmente reconhecido que ciência e tecnologia têm um papel a desempenhar para o desenvolvimento do país. Isso nos dá essa esperança e pode ajudar a avançar — disse Raupp.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Os senadores Anibal Diniz e Luiz Henrique, respectivamente o presidente e o relator da recém-instalada subcomissão que trata das terras-raras

Senado ouvirá especialistas sobre minerais estratégicos

Foi instalada ontem a Subcomissão Temporária do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras-Raras no Brasil. Anibal Diniz (PT-AC) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foram eleitos presidente e vice-presidente. Luiz Henrique (PMDB-SC) será o relator.

As terras-raras são elementos químicos usados na fabricação

de equipamentos de alta tecnologia, como tomógrafos, aparelhos de ressonância magnética, tablets, smartphones e telas de LCD. Há 17 minerais incluídos no grupo.

A subcomissão do Senado terá até 30 de agosto para apresentar uma proposta de marco regulatório para a exploração desses elementos.

Na reunião, foi aprovado requerimento de Luiz Henrique para realização de audiência sobre o assunto com Alvaro Prata, secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Rafael Lucchesi, diretor-geral do Senai; e Carlos Nogueira, secretário de Geologia, Mineração

e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

A subcomissão é ligada à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Além de Anibal, Aloysio e Luiz Henrique, integram a subcomissão como titulares Valdir Raupp (PMDB-RO) e Alfredo Nascimento (PR-AM).

Avança projeto que permite a consumidor produzir energia elétrica

Tramita no Senado um projeto que permite aos consumidores residenciais ou comerciais produzir a própria energia elétrica. O texto (PLS 393/2012) foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e agora vai para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

De acordo com o autor, Cícero Lucena (PSDB-PB), “a democratização do direito de investir em geração de energia elétrica é um processo irreversível”. O senador afirma que é preciso criar condições legais e tecnológicas para que os pequenos investidores sejam capazes de substituir fontes fósseis de energia por fontes

“ambientalmente aceitáveis”.

Pelo projeto, fica facultado ao consumidor “implantar microgeração ou minigeração distribuída em sua unidade consumidora para consumo próprio ou para fornecimento à concessionária ou permissionária de serviço de distribuição de energia elétrica”. O texto cita as energias hidráulica, solar,

eólica e de biomassa.

Cícero reconhece que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já estabeleceu, por resolução, condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída à rede elétrica, mas que, apesar disso, é importante a criação de uma lei que dê “maior estabilidade de regras”.

Vital pede rapidez na aprovação da Lei Geral das Antenas

Vital do Rêgo (PMDB-PB) fez um apelo em Plenário ontem para que a Câmara dos Deputados vote o Projeto de Lei do Senado 293/2012, a chamada Lei Geral das Antenas, transformado em PL 5.013/2013 naquela Casa. A proposta institui normas gerais de políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no país.

O senador explicou que a tecnologia de comunicação tem avançado com rapidez no Brasil, mas a falta de legislação uniforme e atualizada está prejudicando o acesso dos brasileiros aos avanços.

Apesar do crescimento do setor, ressaltou, ainda há entraves em relação à instalação das antenas, necessárias à difusão da tecnologia pelo país. Vital explicou que as leis são ultrapassadas, conflitantes e omissas, principalmente as municipais.

Aproximadamente 1.800 municípios, ou um terço do total, de acordo com ele, impõem variadas restrições às antenas. Alguns licenciamentos locais demoram quase um ano para serem liberados e há casos em que existe proibição explícita à instalação de novas antenas.

— Não tenho dúvida de que pode existir ainda espaço para o aperfeiçoamento da proposta por parte dos senhores deputados. Mas peço, encarecidamente, celeridade na aprovação do texto final.

Vital lembrou que as operadoras de telefonia terão até o fim de abril para instalar tecnologia de quarta geração nas cidades-sede da Copa das Confederações. Para cumprir o prazo e assegurar mais de R\$ 1 bilhão em investimentos no setor, porém, elas dependem da nova legislação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vital afirma que aprovação da lei permitiria investimentos

Igualdade de direitos para domésticas entra em vigor hoje

Emenda constitucional foi promulgada ontem pelo Congresso. Comissão Mista de Consolidação das Leis será responsável pela regulamentação de itens que não vigoram de imediato. Relator quer criar sistema de recolhimento de encargos simplificado para empregadores

O CONGRESSO NACIONAL promulgou ontem a Emenda Constitucional 72/2013, que equipara os direitos dos empregados domésticos aos dos demais trabalhadores. A emenda é resultante da PEC das Domésticas (PEC 66/2012), aprovada pelo Senado na última semana. Alguns dos direitos, como a jornada de trabalho definida e as horas extras, passam a valer já hoje, quando a emenda será publicada no *Diário Oficial da União*.

Outros direitos, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego, ainda devem ser regulamentados.

Para a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que representou a presidente Dilma Rousseff na sessão de promulgação, o Congresso e o Executivo, agora, têm de estar comprometidos com a regulamentação da emenda.

— Estaremos comprometidos com as lideranças, com os parlamentares, com a Presidência das duas Casas, no sentido de agilizar-mos e simplificarmos a concessão desses direitos. Isso é de muita importância — afirmou.

A regulamentação de 7 dos 16 novos direitos dos empregados domésticos deve ser uma das primeiras tarefas da Comissão Mista de Consolidação das Leis, instalada ontem para consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição federal que ainda precisam de regras específicas para garantir a aplicabilidade.

O presidente do Senado, Renan



Allegria marcou a sessão do Congresso destinada à promulgação da emenda que altera a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição, igualando direitos entre os empregados domésticos e demais trabalhadores

Calheiros, se disse convencido de que a regulamentação se dará de maneira rápida.

— Esse será nosso objetivo. Esse será o empenho do Congresso Nacional — declarou.

No início da sessão, o Plenário saudou o autor da PEC, deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), a relatora da matéria na Câmara, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), e a relatora no Senado, Lídice da Mata (PSB-BA).

Também participaram da cerimônia os ministros do Trabalho,

Manoel Dias; da Previdência, Garibaldi Alves Filho; da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário; da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; da Secretaria de Igualdade Racial, Luiza Bairros; e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Outras presenças saudadas com entusiasmo foram a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, e a ministra do Tribunal Superior do Trabalho

Delaíde Arantes, que já trabalhou como doméstica.

Igualdade

Antes da emenda, o trabalhador doméstico tinha apenas parte dos direitos garantidos pela Constituição aos trabalhadores em geral. Em pronunciamento lido pelo deputado André Vargas (PT-PR), que integra a Mesa do Congresso, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, comemorou o fato de os domésticos estarem, finalmente, integrados aos demais.

Renan Calheiros também ressaltou o fim do tratamento desigual que os empregados domésticos recebiam na legislação.

— Os direitos trabalhistas serão, a partir de agora, de todos, não mais de alguns somente. É o enterro de mais um preconceito, de mais uma intolerável discriminação — disse o presidente do Senado, felicitando os 7 milhões de empregados domésticos do Brasil.

Relator da comissão que deve regulamentar a emenda, Romero Jucá (PMDB-RR) quer criar um

sistema simplificado de recolhimento dos encargos do emprego doméstico. A medida, defendida também por especialistas, poderia evitar a sobrecarga no orçamento das famílias e possíveis demissões geradas pelo aumento nas despesas dos empregadores.

Entre os novos direitos, está o controle da jornada de trabalho, limitada a 44 horas semanais e não superior a 8 horas diárias. Conheça detalhes da equiparação de direitos dos trabalhadores domésticos em <http://bit.ly/trabalhoDomestico>.

Ângela: ponto final na precariedade no trabalho

A promulgação da emenda constitucional com novos direitos para os empregados domésticos representa a quitação de uma dívida social para com os trabalhadores brasileiros, disse Ângela Portela (PT-RR).

— Com a promulgação dessa emenda constitucional, uma coisa temos como certa: nós colocamos um ponto final na precariedade a que foram submetidos, durante séculos, todos os trabalhadores domésticos, a maioria, mulheres — disse.

Segundo a senadora, ainda são muitas as dúvidas em relação à aplicação da lei, tanto por parte dos patrões como por parte dos empregados, mas ela salientou que o país agora conta com uma norma constitucional em defesa dos trabalhadores domésticos e que “logo tudo vai se acomodar”.

Ângela rendeu homenagens à relatora da proposta na Câmara, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), na luta a favor das domésticas. Também saudou Lídice da Mata (PSB-BA), relatora da proposta no Senado, e a presidente da Fenatrad, Creuza Maria Oliveira.



Waldemir Botelho/Agência Senado

Comissão mista dará prioridade à regulamentação de pontos da lei

A Comissão Mista de Consolidação das Leis, instalada ontem, definiu como primeira tarefa a elaboração de um projeto de lei para regulamentar a Emenda Constitucional 72/2013, que assegura aos empregados domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores. A medida foi confirmada na reunião em que os senadores e deputados da comissão aprovaram o plano inicial de trabalho.

Romero Jucá (PMDB-RR), relator da comissão, defendeu um sistema simplificado de recolhimento dos encargos do emprego doméstico. O senador apontou como exemplo o Supersimples, regime simplificado de tributação que permite às micros e pequenas empresas recolher diversos tributos num só boleto, com valor reduzido.

— Não adianta aumentar os custos do trabalho doméstico, porque isso implicaria efetivamente a demissão de pessoas e prejuízo incalculável —

argumentou Romero Jucá. A comissão mista tem a finalidade de consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição que precisam de regras específicas para garantir a aplicabilidade.

O colegiado foi criado por um ato dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves. O presidente da comissão é o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).

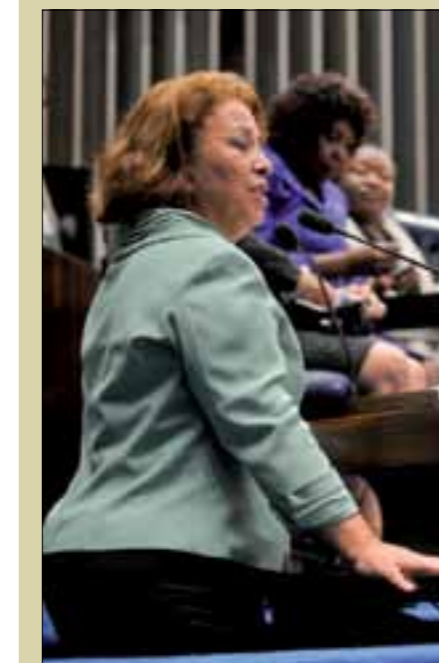
O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), integrante da comissão, foi quem propôs que a primeira atividade fosse examinar a regulamentação da emenda constitucional que trata das novas condições do trabalho doméstico.

Derivada da chamada PEC das Domésticas (PEC 66/2012), aprovada em definitivo pelo Senado na semana passada, a nova emenda constitucional foi promulgada ontem.

— Não é possível que a gente tenha dado um ganho para os empregados domésticos e que esse ganho implique desemprego para esses mesmos profissionais. Seria uma coisa sem sentido — disse o deputado, também defendendo a desoneração dos custos trabalhistas.

Apesar do início da vigência da emenda, espera-se uma regulamentação específica para orientar o recolhimento do FGTS, o controle da jornada de trabalho e o pagamento de adicionais por hora extra e trabalho noturno.

Indagados sobre informações de que áreas do governo estudam regras de regulamentação, Jucá e Sampaio disseram que a atribuição de regulamentar dispositivos constitucionais pertence ao Congresso. Jucá ressaltou, contudo, que a intenção é consultar os ministérios relacionados ao assunto.



Waldemir Botelho/Agência Senado

Na sessão que promulgou a emenda, ministra Ideli cobra regulamentação

Jucá pede retirada de lei já reconhecida como anacrônica

Romero Jucá sugeriu que a comissão se oriente por três eixos: a regulamentação dos dispositivos constitucionais pendentes, a consolidação da legislação vigente, inclusive para permitir a superação de leis antagônicas, e a retirada do conjunto das leis vigentes já reconhecidas como anacrônicas.

O presidente da comissão, Cândido Vaccarezza, assinalou que esse será um dos trabalhos mais importantes do Congresso. O deputado lembrou que 117 dispositivos constitucionais dependem de regulamentação.

Ressaltou que vigoram no país centenas de milhares de leis, com muitas devendo ser retiradas do sistema jurídico, pois já estariam ultrapassadas.

— Se conseguirmos dar conta dessa tarefa, já teremos justificado nosso mandato — disse Vaccarezza.

Trabalhos serão em conjunto com Executivo e Judiciário

Ficou decidido que os trabalhos da comissão mista serão conduzidos de forma articulada com o Executivo e o Judiciário. Também será ouvida a sociedade organizada, como entidades da classe empresarial e dos trabalhadores, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e demais representantes da área jurídica.

Serão aproveitados trabalhos já realizados pela Câmara, pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Ministério da Justiça.

Também foi acertado que as propostas que surgirem serão imediatamente submetidas a votação, sem esperar até o fim dos trabalhos. Assim, os projetos de lei irão mais rapidamente para as Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas para início de tramitação.

A comissão mista fará reuniões semanais, às quintas-feiras.

Em rede nacional de rádio e televisão, Renan Calheiros comemora promulgação da PEC das Domésticas

Em pronunciamento transmitido em rede nacional de rádio e televisão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou a promulgação pelo Congresso da emenda constitucional que garante mais direitos aos trabalhadores domésticos. Renan citou novos direitos da categoria, como a jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, o pagamento de horas extras e o seguro-desemprego.

A Emenda da Igualdade, conforme denominado Renan, beneficiará diretamente mais de 7 milhões de pessoas, das quais 97% são mulheres.

Íntegra do pronunciamento sobre a promulgação da emenda constitucional

Senhoras, senhores, meu querido Brasil.

É com a vontade de ver o nosso país avançar, e com a alegria de poder ser o portador de uma ótima notícia, que hoje estou aqui para falar com vocês.

O Congresso Nacional acaba de aprovar uma emenda constitucional de enorme importância para a vida de milhões de brasileiros: a chamada emenda constitucional dos empregados e empregadas domésticas.

Esta emenda, que eu prefiro chamar de Emenda da Igualdade, beneficiará diretamente mais de 7 milhões de pessoas que atuam nesse setor, das

quais 97% são mulheres.

Mulheres que deixam suas casas para cuidar das nossas. Mulheres que deixam seus filhos para cuidar dos nossos filhos.

Mulheres que, hoje, em sua grande maioria, são as responsáveis pelo sustento de suas próprias famílias. Um aspecto que torna ainda mais significativa e justa a aprovação da nova lei.

Ela vai garantir que inúmeros direitos trabalhistas, que já beneficiam os trabalhadores em geral, sejam também assegurados a essas pessoas.

Entre as principais conquistas, estão a jornada semanal de 44 horas, salário condizente, pagamento de hora extra, depósito do fundo de garantia, licença-maternidade, aviso-prévio e seguro-desemprego.

Sei que esses direitos vão trazer novos custos para os empregadores, mas assim como a liberdade tem um preço, assim como a democracia tem um preço, a igualdade também tem o seu.

O Brasil está assumindo que a

igualdade é a regra. E regra tem que começar dentro de casa. Até porque está mais do que comprovado que as sociedades mais justas são também as mais ricas e mais avançadas.

Vejo ainda na aprovação desta lei um significado que vai além dos benefícios que ela traz para os trabalhadores domésticos.

Vejo que ela expressa a nossa disposição de atuar, sempre e cada vez mais, em sintonia com os interesses da sociedade. E podem estar certos que mais conquistas virão.

Afinal, é preciso que um país atinja um amadurecimento histórico, social e

e econômico para transformar a igualdade, de um ideal abstrato, em uma realidade concreta, vivida por todos.

Por isso, quero agradecer o apoio dos deputados e deputadas, senadores e senadoras que colaboraram para essa conquista. Sei que com a nossa vontade de acertar, de buscar o entendimento, vamos fazer valer os interesses de quem faz o nosso país.

É um privilégio poder viver este momento histórico e, com a proteção de Deus, ajudar a construir um Brasil mais igual.

E a você, meu muito obrigado pela atenção.



Reprodução

Comissão aprova eleição direta em universidades

Vai a Plenário proposta determinando que reitor, vice-reitor e dirigentes de instituições públicas de educação superior passem a ser escolhidos pela comunidade acadêmica

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem proposta que regulamenta o conceito de gestão democrática no ensino superior público. O projeto, acatado na forma do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 147/2004, segue agora para votação no Plenário do Senado.

Pela proposta, reitor, vice-reitor e dirigentes de instituições públicas de educação superior devem passar a ser escolhidos pela comunidade acadêmica (professores, alunos e servidores) por meio de eleição direta.

O projeto original foi apresentado pelo ex-senador José Jorge, atual ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Apesar de considerá-la “controversa”, o relator da matéria, Anibal Diniz (PT-AC), recomendou a aprovação da eleição direta para os dirigentes máximos das instituições públicas de ensino superior, introduzida no projeto pela Câmara.

— Não se pode olvidar que esse processo é o que mais se coaduna com a democracia representativa em vigor no país — reconheceu Anibal.

Hoje, as instituições públicas de ensino superior fazem consultas entre a comunidade para a elaboração de listas tríplices, que são enviadas para decisão final pelo chefe do Executivo.

Outras medidas do projeto de José Jorge para a expansão da gestão democrática nas universidades públicas foram preservadas no substitutivo



Cyro Miranda (E), Aloysio Nunes Ferreira e Ana Amélia na Comissão de Educação

da Câmara. Uma delas trata da composição do órgão colegiado deliberativo superior dessas instituições, que deverá ter dois terços das vagas preenchidos por membros da comunidade acadêmica e um terço por representantes da sociedade civil local e regional. Em relação à ocupação dos demais órgãos colegiados e comissões, deverá ter 70% dos assentos destinados a professores.

De acordo com José Jorge, o objetivo da proposta é “garantir a integração universidade-sociedade como instrumento do país para vencer o desafio de promover mais rapidamente o seu desenvolvimento sustentável”.

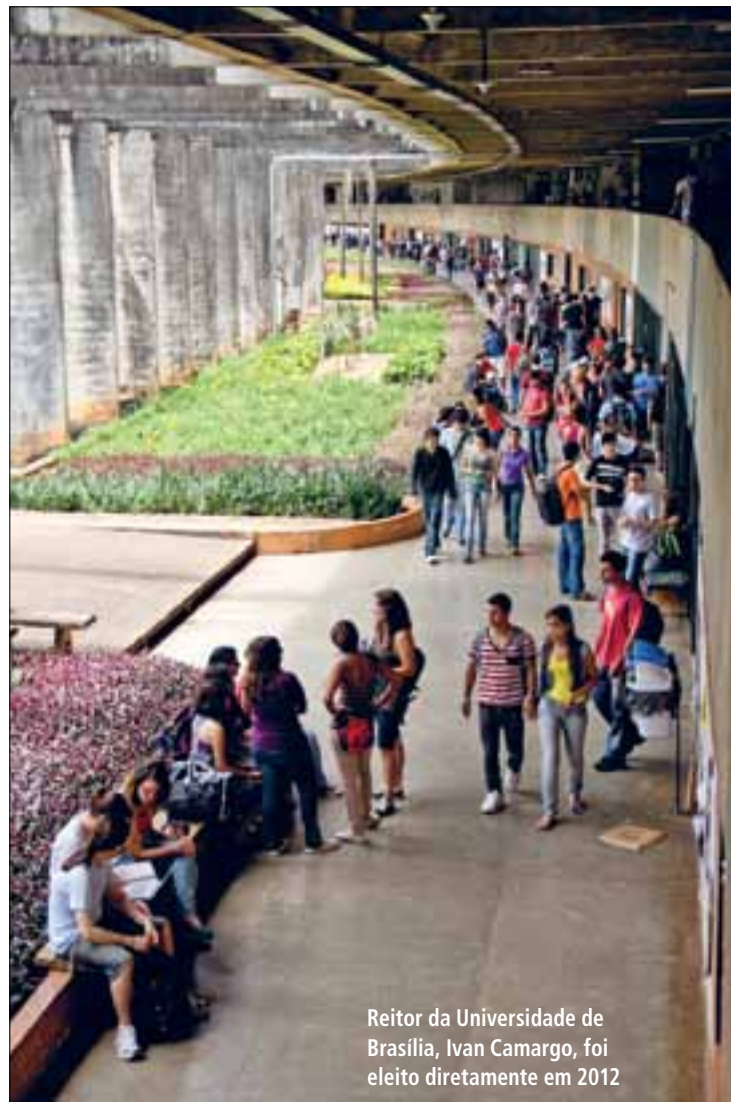
Enquanto Ana Rita (PT-ES) elogiou a democratização do processo eleitoral nas universidades públicas, o presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), destacou a inclusão de representantes da sociedade civil no conselho deliberativo das instituições.

Ana Amélia (PP-RS) considerou um avanço a escolha de dirigentes do ensino superior público por eleição direta, observando que isso já é feito pelas escolas públicas de ensino fundamental e médio no Rio Grande do Sul.

Quórum

Por falta de quórum, a comissão não teve condições de votar ontem o PLS 569/2009, de Cícero Lucena (PSDB-PB) que garante a distribuição de merenda escolar fora do período letivo para os alunos matriculados na educação básica da rede pública, nem o PLS 124/2007, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que concede desconto na quitação do saldo devedor de alunos beneficiados pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Ambos deverão ser votados em decisão terminativa e, para tanto, precisam de quórum qualificado para aprovação.



Reitor da Universidade de Brasília, Ivan Camargo, foi eleito diretamente em 2012

Regulamentação da psicopedagogia é tema de audiência pública hoje

A Comissão de Educação realiza hoje, a partir das 10h, audiência para instruir a votação de projeto que regulamenta o exercício da atividade de psicopedagogia.

O debate sobre o PLC 31/2010 foi solicitado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e deve contar com a participação, entre outros,

de Quézia Bombonato, presidente nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP); Celso Francisco Tondin, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); e Bianca Manchester de Queiroga, presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFF).

Cyro quer explicações do ministro da Educação sobre correção do Enem

Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou ontem que o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, deve explicar à sociedade brasileira após a divulgação de textos com erros de grafia — como “trousse” e “enchergar” — que ganharam nota máxima dos avaliadores no último Enem. Nos últimos dias, ficaram famosas nas redes sociais as redações em que candidatos inseriram parágrafos com receita culinária e trecho do hino de um clube de futebol e, no entanto, foram aprovados.

— Aceitar uma receita de macarrão instantâneo ou o hino do Palmeiras e ainda atribuir notas que aprovam essas duas redações é, no mínimo, mais um atestado de incompetência do MEC na realização do Exame Nacional do Ensino Médio — protestou.

O senador destacou que a forma como é feita a correção do exame

torna o resultado do Enem aleatório e sem sentido. Ele disse temer que, por trás dessa correção, haja um desejo eleitoral de melhorar a educação pela manipulação dos números.

— Como estão se sentindo os alunos que procuram fazer as provas com esmero e capricho, mas descobrem que, para o MEC, sob o comando do ministro [Mercadante], nada disso importa? Vale tudo para mostrar alguma melhoria na educação brasileira! Mas ainda bem que temos a imprensa que não deixa passar esse tipo de manobra vexatória e vergonhosa — ressaltou.

Cyro afirmou que o PT, em dez anos de governo, não fez nada de expressivo para melhorar a educação. Ele sustenta que o MEC não tem a estrutura adequada para aplicar um exame de tamanha complexidade como o Enem.

Suplicy destaca cinquentenário do método de alfabetização de Paulo Freire

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou ontem os 50 anos de formatura da primeira turma, no município de Angicos (RN), de alfabetizados pelo método idealizado pelo educador Paulo Freire. Era uma iniciativa pioneira de combate ao analfabetismo. A história é relatada no livro *Paulo Freire — uma história de vida*, de Ana Maria Araújo Freire, publicado em 2005.

Suplicy explicou que, segundo o próprio Freire, o método de alfabetização se baseava na compreensão crítica da palavra. Aprender a ler não era apenas uma questão técnico-metodológica, mas a capacidade de conhecer, associada à curiosidade em torno do objeto. Citando Frei Betto, o senador afirmou que, ao longo das últimas quatro décadas, os alunos de Freire foram emergindo “da passividade à militância”. Convencidos



Waldemir Borreto/Agência Senado

de que são igualmente capazes, foram progressivamente ocupando espaços na vida política brasileira, como militantes de movimentos e partidos populares.

— Sua pedagogia, professor, permitiu que os pobres se tornassem sujeitos políticos. Graças às

suas obras, professor, descobriu-se que os pobres têm uma pedagogia própria. Eles não produzem discursos abstratos, mas plásticos, ricos em metáforas. Foi o senhor que nos fez entender que ninguém é mais culto do que outro por ter frequentado a universidade. O que existe são culturas paralelas, distintas e socialmente complementares — disse Suplicy, ainda citando Frei Betto.

Para o senador, foram as ideias de Freire que permitiram a Lula, um metalúrgico, chegar à Presidência do país.

Senadores lembram Dia Mundial do Autismo

Data foi celebrada ontem. Síndrome atinge 2 milhões de pessoas no Brasil, mas muitos diagnósticos ainda são feitos tardiamente, o que compromete o sucesso dos tratamentos

NO BRASIL, O Dia Mundial de Conscientização do Autismo foi lembrado ontem com a iluminação azul nos principais monumentos do país, como os prédios do Congresso Nacional e os da Esplanada dos Ministérios.

A data também foi lembrada no Plenário do Senado. Jorge Viana (PT-AC) chamou a atenção para a necessidade de aprimorar a capacidade de diagnóstico do autismo na rede de saúde pública.

Segundo o senador, enquanto em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, há um sistema de saúde habilitado para realizar com segurança o diagnóstico do autismo, no Brasil, cerca de 90% dos pacientes que apresentam essa condição ainda não receberam o diagnóstico.

— Obter o diagnóstico do autismo no Brasil é difícil e demorado, porque muitas famílias e especialistas não conhecem os sintomas ou menosprezam os sinais — disse.

Política nacional

Também na tribuna, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a discussão em favor dos direitos das pessoas com autismo tem evoluído.

— Essa luta ganhou mais destaque quando conseguimos, a partir do Senado, a aprovação da Lei 12.764, de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com



Os edifícios e as cúpulas do Congresso se iluminam de azul para lembrar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo



Jorge Viana diz que o SUS precisa fazer o diagnóstico precoce



Paulo Paim cita política nacional que protege direitos dos autistas



Vanessa Grazziotin apoia política de saúde pública para autistas

Transtorno do Espectro Autista — afirmou.

A lei assegura aos autistas os benefícios legais garantidos a todas as pessoas com deficiência, como a reserva de vagas em empresas e o atendimento preferencial em bancos e repartições públicas. Além disso, prevê punição para os gestores escolares que recusarem a matrícula de alunos com autismo.

A história da lei, recordou Paim, começou com a luta de uma mãe pelos direitos do filho autista. Berenice Piana procurou a Comissão de

Direitos Humanos do Senado, que se mobilizou para aprovar um projeto com medidas de proteção a pessoas com a síndrome.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou o Dia Mundial de Conscientização do Autismo citando o lançamento da primeira política de saúde pública voltada especificamente para os autistas, promovida pelo Ministério da Saúde.

Segundo ela, a política do governo federal propõe a criação de centros de atenção psicossocial (Caps), que serão

os primeiros serviços voltados à construção de uma rede de cuidados para o diagnóstico especializado da doença.

— A partir da ação dos Caps, a política [do Ministério da Saúde] pretende oferecer equipes multidisciplinares, atendimentos em espaços individuais ou coletivos, espaços de escuta aos pais, acesso a medicação, além de esforços de articulação com instâncias fora da saúde que também acolhem as pessoas com transtorno do espectro do autismo, especialmente no campo da educação — disse.

O autismo é uma síndrome que atinge quase 2 milhões de brasileiros. Em crianças, é mais comum que o câncer, a aids e o diabetes juntos. Ainda não foi encontrada uma causa clara da síndrome, que se manifesta antes dos 3 anos de idade. Entretanto, especialistas consideram que a origem esteja relacionada a fatores genéticos.

De acordo com a Associação de Amigos do Autista (AMA), o autismo é um transtorno global do desenvolvimento que dificulta a comunicação e as atividades com jogos simbólicos, a interação social e a imaginação. O autismo também é caracterizado por um padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

Diagnóstico precoce

O diagnóstico da síndrome é baseado na observação do comportamento da criança. Os principais sintomas detectados são traços de indiferença ou isolamento excessivos, resistência ao aprendizado e às mudanças de rotina, uso de objetos de forma incomum, inexistência de medo em situações potencialmente perigosas, agressividade e hiperatividade.

Apesar de ser um distúrbio crônico, com a identificação precoce, aumentam as chances de sucesso dos tratamentos, que devem ser introduzidos tão logo seja realizado o diagnóstico e aplicados por equipe multidisciplinar. Não existe tratamento padrão. Cada paciente exige acompanhamento individual, de acordo com as necessidades e deficiências. Alguns podem beneficiar-se com o uso de remédios, especialmente quando existem outras doenças associadas.

Davim critica revalidação facilitada de diplomas estrangeiros

Paulo Davim (PV-RN) criticou ontem a proposta de revalidação automática de diplomas de médicos estrangeiros ou brasileiros formados no exterior, em discussão no governo federal. A revalidação é uma das questões debatidas por médicos que participaram de mobilização no Senado denominada Concentração dos Médicos.

Davim disse que a justificativa de falta de médicos no Brasil não é válida. Ele informou que há, no país, 1,9 médico para cada mil habitantes, número maior que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde, de 1 médico para cada mil habitantes.

— O que falta no Brasil é uma política de interiorização do profissional, até porque 70% dos médicos do Brasil moram e trabalham nas Regiões Sul e Sudeste — assinalou.

Para o senador, a falta de médicos no interior não justifica colocar a sociedade em risco com profissionais que podem não ser bem formados. Ele ressaltou que todos

merecem acesso à saúde digna, independentemente do local onde moram.

Um dos caminhos para a solução, na opinião do senador, seria a criação da carreira de

Estado para a saúde pública, o que já existe em outras áreas, como a magistratura.

O presidente em exercício do Conselho Federal de Medicina (CFM), Carlos Vital Corrêa Lima, concorda que o problema está na má distribuição dos médicos e reafirma a necessidade do processo de revalidação de diplomas.

— A classe médica não tem nada contra a atuação de médicos formados no exterior, mas não podemos aceitar a revalidação automática — disse.

O evento no Senado ocorreu por iniciativa do CFM, da Associação Médica Brasileira (AMB) e da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).



Davim fala no evento em defesa de melhores condições para o exercício da medicina

Audiência discutirá prevenção de incêndios

Especialistas convidados vão debater sugestões de prevenção a tragédias em locais de aglomeração que irão constar como recomendações do relatório final da comissão, a ser apresentado em 60 dias

A COMISSÃO TEMPORÁRIA de Levantamento da Legislação Pertinente à Prevenção e Combate de Incêndios no Brasil deve fazer a primeira audiência pública amanhã. Em dois meses, a comissão deve propor medidas legais e recomendações para evitar tragédias como a que ocorreu em janeiro na boate Kiss, em Santa Maria (RS), com 241 mortes.

Para a primeira audiência, foram convidados o secretário nacional de Defesa Civil, Humberto de Azevedo Viana Filho; o comandante do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, coronel Guido Pedroso de Melo; o diretor-geral do Instituto Sprinkler Brasil Marcelo Lima; o presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, José Tadeu da Silva; e o diretor do Centro da Difusão Científica e Tecnológica de Segurança Contra Incêndio, Sérgio Ceccarelli.

A presidente da comissão, Ana Amélia (PP-RS), explicou que, devido ao curto prazo para apresentar resultados, serão realizadas apenas duas audiências públicas. Para a segunda audiência, serão convidados representantes dos fiscais do Trabalho e membros da comissão equivalente em funcionamento na Câmara.

A senadora acredita não ser necessária uma lei adicional, mas reunir a legislação em vigor para torná-la mais clara.

— Você já tem hoje os planos diretores das cidades, onde estão previstas medidas relativas à questão das edificações, do combate a incêndios e à evacuação de lugares com muita aglomeração de pessoas — exemplificou.

O relator da comissão é Paulo Paim (PT-RS).



Passeata em homenagem às 241 pessoas que morreram no incêndio da boate Kiss, em Santa Maria (RS). Tragédia motivou criação de comissão temporária no Senado

Capiberibe pede apuração de desabamento de porto

João Capiberibe (PSB-AP) disse que o desabamento de um porto em Santana (AP), na semana passada, pode ter ocorrido porque a estrutura era da década de 50. O acidente provocou a morte de seis mineradores e arrastou caminhões, guindastes e minério para dentro do Rio Amazonas.

Segundo a mineradora Anglo Ferrous, proprietária do porto, a causa do desabamento foi uma onda gigante no rio.

— É pouco provável. Quem conhece o Rio Amazonas como eu, que navego nele desde a infância, sabe que onda gigante só aparece na época da pororoca. Acredito que o desabamento possa ter sido provocado por fadiga de material.

Capiberibe ressaltou que, nos anos 50, o porto recebia 1 milhão de toneladas de manganês. Hoje, a operação é de 6 milhões de toneladas de ferro — “muito peso para uma estrutura antiga”.

Ele pediu à Secretaria Nacional de Portos que apure as causas do acidente.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Kátia Abreu: MP amplia capacidade de transporte

Kátia Abreu (PSD-TO) manifestou apoio à Medida Provisória (MP) 595/2012, a chamada MP dos Portos, que incentiva a abertura dos portos brasileiros à iniciativa privada.

Na avaliação da senadora, a entrada da iniciativa privada na construção de portos deverá permitir ao país aumentar a capacidade operacional do setor, possibilitando a superação dos gargalos do transporte marítimo brasileiro.

— Alguns ainda perguntam e discutem que os portos no mundo inteiro são públicos, que os portos não podem ser privados. Isso é um engano, é um equívoco, porque nem sempre o governo, como é o caso do Brasil, tem recursos para fazer as estruturas dos portos e licitar os terminais — disse.

Kátia Abreu criticou o atual modelo de gestão dos portos brasileiros, em que há apenas duas empresas privadas — Petrobras e Vale — atuando.



Moneira Moitz/Agência Senado

Couto volta a denunciar corrupção no futebol

Mário Couto (PSDB-PA) voltou a denunciar, em discurso ontem, esquemas de corrupção na Federação Paranaense de Futebol. O senador afirmou que a federação obriga os clubes a comprarem passagens aéreas da empresa Rocha Romana, que pertence ao diretor técnico da instituição, Paulo Romano.

— O faturamento [da empresa] é brutal. Só aqui na minha mão, tem 23 passagens aéreas compradas. Como o governo do Pará ajuda os clubes, esse valor das passagens já vem descontado na ajuda que o governo dá para os clubes — ressaltou.

Couto disse que a federação “suga os clubes tradicionais” do estado e criticou o fato de a instituição ser dirigida “pelo mesmo presidente corrupto”, coronel Antonio Carlos Nunes, há mais de 20 anos.

— Já disputamos Libertadores e agora estamos falidos à custa da corrupção desse coronel — lamentou.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Presidente da comissão, Ricardo Ferraço (C) coordena a sabatina de senadores com os diplomatas Monteiro e Moreira

Aprovados embaixadores para Hungria e Armênia

Diplomatas indicados para as embaixadas são aprovados pela Comissão de Relações Exteriores, depois de sabatina em que apresentaram as visões sobre as relações com o Brasil e responderam a senadores

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem, em votação secreta, a indicação dos diplomatas Valter Pecly Moreira e Edson Marinho Duarte Monteiro para serem embaixadores do Brasil na Hungria e na Armênia, respectivamente.

Moreira lembrou que a economia húngara viveu forte recessão nos últimos anos, mas, ainda assim, houve uma intensificação do relacionamento bilateral entre Hungria e Brasil. Ele destacou documento intitulado *A Política Externa da Hungria após a Presidência da União Europeia*, lançado em 2011 pela chancelaria húngara, que elege a América Latina como uma das prioridades na política externa do país.

— É com entusiasmo que encaro a tarefa de representar o Brasil na Hungria. Trata-se de fase muito positiva e estimulante das relações bilaterais que precisa ser levada adiante e podem estar seguros de contar com o meu empenho pessoal para isso — afirmou Moreira.

O diplomata também apontou a falta de contato mais estreito entre o Senado e a Câmara dos Deputados do Brasil com a Assembleia Nacional da Hungria e convidou os senadores a intensificarem a relação.

Moreira formou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara e, em 1993,

defendeu a tese *Da Cláusula Social no Comércio Internacional*, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. No exterior, atuou na delegação permanente em Genebra, na Suíça; na missão permanente

junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, nos Estados Unidos; na embaixada em Assunção, no Paraguai, como embaixador; e no consulado-geral em Londres, na Inglaterra, como cônsul-geral.

Indicado para a Armênia quer ampliar as relações comerciais

O indicado para a embaixada na Armênia afirmou que pretende trabalhar no aumento das relações comerciais e da cooperação entre os dois países. Monteiro ressaltou que a Armênia precisa de ajuda para desenvolver-se e já há pedidos de apoio em agricultura, saúde e cooperação técnica e educacional.

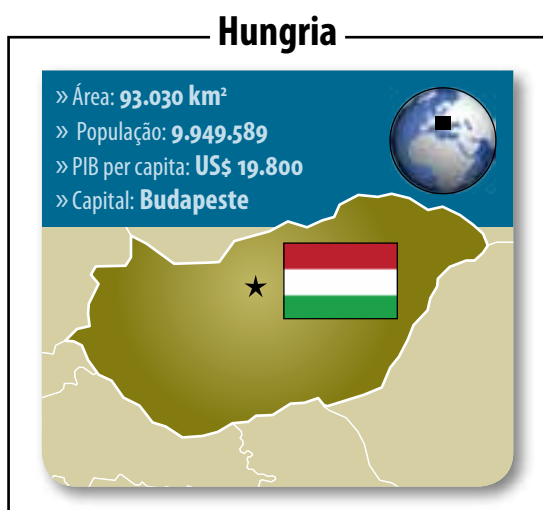
— A Armênia tem capacidades que também nos interessam. O povo tem acesso a bom nível de educação. Já sabemos que poderia haver algum tipo de cooperação de um nível tecnológico maior, quem sabe até cooperação industrial — explicou.

O diplomata disse que o Brasil exporta basicamente carnes suínas e frangos para a Armênia, mas não possui uma importação expressiva de produtos do país. Ele afirmou que é possível melhorar a relação comercial

e manifestou o desejo de buscar uma relação mais amigável da Armênia com a Turquia e com o Azerbaijão. Segundo ele, a histórica tensão entre os países prejudica o desenvolvimento da Armênia e as condições de vida.

— Juntos poderiam cooperar, há grandes recursos energéticos na região. A Armênia seria o caminho natural de passagem desses recursos do Azerbaijão para a Turquia, para a Europa.

Monteiro formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluiu mestrado em Administração Pública pela Universidade do Sul da Califórnia, em 1980, e o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1996. Integrou quadros diplomáticos nas Filipinas (1976), na Austrália (1983), na Bélgica (1992), na China (1998) e no Timor-Leste (2008).



Fonte: IBGE Países e Cia World Factbook

Ferraço cobra solução para torcedores detidos na Bolívia

O caso dos 12 torcedores brasileiros que estão detidos na Bolívia há mais de um mês voltou a ser lembrado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O senador, presidente da CRE, informou que serão cobrados esclarecimentos do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, sobre esse e outros assuntos em audiência pública amanhã.

— A CRE deve empreender, com urgência, uma avaliação de nossas complexas relações com a Bolívia — disse.

Na semana passada, o senador visitou os 12 torcedores do Corinthians que estão presos na cidade de Oruro desde a morte de um boliviano atingido por um sinalizador disparado da

torcida brasileira durante um jogo em 20 de fevereiro. Ferraço registrou que o caso também está sendo investigado no Brasil e que um jovem de 16 anos já confessou ser o autor do disparo. Entretanto, segundo Ferraço, o estado boliviano não reconhece a perícia e as investigações brasileiras, o que configuraria afronta à Convenção de Nassau.

— Os bolivianos chegam a insinuar que não estamos punindo com o devido rigor da lei o jovem que confessou a culpa pela tragédia. Há, por certo, indignação por parte de autoridades bolivianas para com o fato de o réu confesso ser penalmente inimputável no nosso país — disse.

Ana Amélia alerta para mau resultado da balança comercial

Ana Amélia (PP-RS) se disse preocupada com o baixo desempenho da balança comercial brasileira, que fechou o primeiro trimestre com o pior resultado dos últimos 11 anos.

A balança comercial fechou março com um saldo de US\$ 164 milhões, com exportações de pouco mais de US\$ 19,3 bilhões e importações de US\$ 19,1

bilhões, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento.

— Mesmo se tratando de um resultado positivo, esse é o pior resultado para o mês

desde 2001 — enfatizou Ana Amélia, lembrando que os números se somam à preocupação com a inflação e o baixo crescimento econômico, “intensificados pela crise internacional”.

A senadora ressaltou que especialistas em comércio internacional calculam que o saldo da balança deve ficar neste ano entre US\$ 7 bilhões e US\$ 8 bilhões.

Para a senadora, isso significa que o país está vendendo menos e que as empresas poderão demitir funcionários, cancelar contratos ou até fechar as portas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio critica Petrobras por venda de bens na Argentina

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) anunciou que pediria ontem ao Ministério Público Federal (MPF) a apuração da venda de patrimônio da Petrobras na Argentina.

Ele citou uma reportagem recente da revista *Época* segundo a qual o governo está vendendo por preço muito baixo 50% do patrimônio da estatal no país vizinho.

— Hoje, a Petrobras é um caso a ser estudado de como operam os mecanismos de desmonte e fragilização de uma empresa. A Petrobras

amarga perdas gigantescas — disse Aloysio, ao avaliar que a empresa está “à beira da ruína” devido à interferência política do governo federal na gestão.

Segundo ele, a estatal está em vias de se desfazer de bens e instalações na Argentina “como alguém que vende frutas e legumes a qualquer preço no final da

feira”. Ele explicou que a Petrobras já investiu mais de R\$ 5 bilhões na Argentina, mas cogita vender metade do patrimônio no país por R\$ 1 bilhão.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Presidente da comissão, a senadora Vanessa Grazziotin coordena os debates e sugere reunião dos parlamentares com o ministro da Fazenda, Guido Mantega

Projeto sobre pagamento por serviço ambiental deve ganhar mais rapidez

Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas decide apoiar a criação de um marco legal para o incentivo a quem conserva a biodiversidade

O PAGAMENTO A pessoas e instituições que protegem o meio ambiente é um importante mecanismo para evitar o agravamento das mudanças climáticas. Por isso, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) apoia a aprovação do projeto de lei (PL 792/2007) que determina pagamento pelos serviços ambientais de quem conserva a biodiversidade. Foi o que decidiram ontem deputados e senadores da CMMC, durante audiência pública.

Apesar de discordarem de alguns pontos do projeto e destacarem a necessidade de uma definição mais clara dos critérios para determinar o valor dos serviços, os debatedores foram unânimes em recomendar a aprovação de um marco legal para o pagamento dos serviços ambientais.

Para o deputado Sarney Filho (PV-MA), a dificuldade de aprovar o projeto é a falta de consenso no governo, especialmente com a área econômica. Por isso, a presidente da comissão, senadora



Eduardo Agner/MDA

A proposta prevê pagamento para iniciativas como a conservação da floresta nativa em Alcorizal, em Mato Grosso

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), sugeriu que parlamentares debatam o pagamento de serviços ambientais com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. A ideia foi aprovada e o encontro será agendado.

— Já são sete os estados que têm legislação sobre isso aprovada sem que haja um marco regulatório nacional — observou a senadora.

Para o coordenador de serviços ambientais da Conservação Internacional, Artur Paiva, a redação do projeto deve ter o cuidado de não travar as iniciativas que já estão em curso.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Adriano Santiago de Oliveira, acrescentou que é necessário evitar a duplicação de pagamentos.

O relator do texto na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, onde o projeto tramita, deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), reconheceu que uma das preocupações é tentar não “burocratizar e engessar” os pagamentos. O coordenador de Estudos de Sustentabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Júlio César Roma, disse que o custo-benefício do

pagamento por esse tipo de serviço é lucrativo.

— É mais barato conservar a biodiversidade do que ter de repor — observou Roma.

A proposta, apresentada pelo deputado Anselmo de Jesus (PT-RO), define conceitos, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, além de criar a Comissão Nacional da Política de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Comissão aprova papel reciclado em livros didáticos

O projeto de lei que fixa percentuais mínimos de papel reciclado nacional em livros didáticos distribuídos pelo governo (PLS 612/2007) foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta vai para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto foi apresentado em 2007, pelo então senador Renato Casagrande. O texto

aprovado pela CMA contém modificações feitas pelo relator, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Casagrande argumentou que a proposta cumpriria uma dupla função: gerar mais mercado para uma matéria-prima

ecologicamente correta e colocar alunos em contato com material proveniente de práticas ambientais e de consumo corretas.

De acordo com as alterações feitas por Cícero Lucena, esses livros teriam de obedecer aos seguintes critérios: conter papel com fibras não recicladas de origem nacional, com certificação florestal outorgada por terceira parte independente, em proporção de no máximo 80%; e conter papel de origem nacional, com no mínimo 20% de fibras originárias de material reciclado dos tipos pré-consumo e pós-consumo.



José Cruz/Agência Senado

Presidente da CMA, Blairo Maggi (E) conversa com o senador Rollemberg durante a reunião



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valdir Raupp pede rapidez na aprovação do projeto de lei